DIREITO ELEITORAL

Autor(res)

Felipe De Almeida Campos
Luiza Vitória Caldeira Ferreira
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Habib Ribeiro David

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O Direito Eleitoral é o ramo do Direito Público responsável por regular os processos eleitorais, garantindo a participação democrática dos cidadãos e o equilíbrio entre candidatos e partidos. Seu foco principal é assegurar a legitimidade dos pleitos eleitorais, combatendo fraudes e abusos. No Brasil, o Direito Eleitoral evoluiu ao longo dos anos, consolidando-se com a criação do Código Eleitoral em 1965 e o aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral. O sistema eleitoral brasileiro é complexo, incluindo regras sobre alistamento, inelegibilidade, propaganda, financiamento de campanhas e sanções por ilícitos eleitorais. Este estudo busca explorar os principais aspectos do Direito Eleitoral, destacando seus desafios e a importância de uma legislação robusta para a manutenção da democracia.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o funcionamento do Direito Eleitoral no Brasil, abordando suas principais normas, instituições e desafios. Busca-se compreender como o sistema eleitoral brasileiro garante a integridade do processo democrático e o que pode ser feito para aperfeiçoá-lo.

Material e Métodos

Para a elaboração deste estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa, com base na análise de fontes bibliográficas, doutrinas jurídicas, legislação eleitoral vigente e jurisprudência dos tribunais eleitorais. A pesquisa também considerou as atualizações recentes trazidas pelas reformas eleitorais e a influência das decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a prática eleitoral. Foram analisados artigos acadêmicos que discutem a evolução do Direito Eleitoral no Brasil, as mudanças na legislação e seu impacto nas eleições contemporâneas. Além disso, foram investigados relatórios de organizações que monitoram eleições e dados empíricos fornecidos pelo TSE, com o objetivo de verificar o cumprimento das regras e identificar os principais problemas no processo eleitoral, como financiamento ilícito de campanhas e fake news.

Resultados e Discussão

O estudo constatou que o Direito Eleitoral brasileiro enfrenta desafios significativos em relação ao controle de práticas ilícitas durante o processo eleitoral, como o abuso do poder econômico e o uso de desinformação para influenciar eleitores. A legislação, embora robusta, ainda precisa de ajustes, especialmente em relação ao financiamento de campanhas e à transparência no uso de recursos. O TSE tem se mostrado atuante na fiscalização e punição de práticas eleitorais ilícitas, mas o volume crescente de ações judiciais e a dificuldade em controlar as novas formas de propaganda digital indicam que o sistema enfrenta dificuldades em acompanhar as inovações tecnológicas. Além disso, a questão da inelegibilidade, que busca impedir a candidatura de indivíduos condenados por crimes graves, continua sendo um tema de debate jurídico e político.

Conclusão

O Direito Eleitoral brasileiro tem um papel fundamental na garantia de eleições justas e democráticas. Apesar dos avanços institucionais e normativos, o sistema enfrenta desafios diante das rápidas mudanças tecnológicas e do aumento das práticas ilícitas, como o financiamento irregular e a desinformação. É necessário um contínuo aprimoramento das leis e dos mecanismos de fiscalização, a fim de garantir a transparência e a integridade do processo eleitoral no Brasil.

Referências

Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965).
Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997).
Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.
Artigos acadêmicos sobre Direito Eleitoral, publicados em periódicos jurídicos brasileiros.
Relatórios de organizações que monitoram o processo eleitoral no Brasil.